

PROPOSITURA DE BALANÇO SOCIAL DIRECIONADO À SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)

Propositure for social report aiming at sustainability in Solidary Economic Enterprises

RESUMO

Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) compreendem o manejo sustentável de recursos naturais, gestão participativa, economia solidária, a consolidação de parcerias, além da valorização dos saberes locais, sem fins lucrativos. Contudo, necessitam de estudos que fundamentem sua responsabilidade social, preservação do meio ambiente, sustentabilidade das redes de produção e comercialização. Por meio do Balanço Social, a Ciência Contábil pode contribuir para interação entre essas entidades com a comunidade. O objetivo do estudo foi apresentar um modelo de Balanço Social capaz de evidenciar ações intrínsecas à Economia Solidária com foco na sustentabilidade. Trata-se de um estudo qualitativo do tipo revisão bibliográfica. Com base nas informações obtidas foi construído um modelo, que sumariza informações essenciais para o Balanço Social, que pode ser aplicável por EES, em especial, pelas Cooperativas Agropecuárias. As medidas propostas apontam elementos comuns aos Relatórios Contábeis de desempenho ambiental, mas que expandem e qualificam o entendimento de questões sociais, culturais, ambientais e econômicas, presentes nos EES. Conclui-se que os desfechos do estudo podem orientar à consolidação de evidências contábeis, além de tecer estruturas promissoras para o intercâmbio de ideias entre a Abordagem Sociológica da Contabilidade e a Economia Solidária e o apoio aos *stakeholders* na avaliação desses empreendimentos.

Janicleia Maria Moraes de Macedo
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)
jane_macedo2004@hotmail.com

Edilson Pinheiro Araújo
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)
edilson.araujo@univasf.edu.br

Jose Lincoln Pinheiro Araújo
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
lincoln.araujo@embrapa.br

Recebido em: 03/02/2020. Aprovado em: 06/10/2020.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico: Eduardo Cesar Silva
DOI: 10.48142/2220201549

ABSTRACT

Solidary Economic Enterprises (SEE) comprise the sustainable management of natural resources, participatory management, solidary economy, the consolidation of partnerships, in addition to the valorization of local, non-profit knowledge. However, they need studies that substantiate their social responsibility, preservation of the environment, sustainability of the production and commercialization networks. Through the Social Report, the Accounting Science can contribute to the interaction between entities with the community. The aim of this study was to present a Social Report model capable of showing actions intrinsic to the Solidarity Economy with a focus on sustainability. This is a qualitative study of the literature review type. Based on the information obtained, a model was built, which summarizes essential information for the Social Report, which can be applied by SEE, in particular, by Agricultural Cooperatives. The proposed measures point to elements common to the Environmental Performance Accounting Reports, but which expand and qualify the understanding of social, cultural, environmental and economic issues present in the SEE. It is concluded that the study's outcomes can guide the consolidation of accounting evidence, in addition to creating promising structures for the exchange of ideas between the Sociological Approach to Accounting and the Solidarity Economy and support for stakeholders in the evaluation of these enterprises.

Palavras-chave: Economia Solidária; Contabilidade; Dimensões da sustentabilidade.

Keywords: Solidary Economy; Accounting; Dimensions of sustainability.

1 INTRODUÇÃO

A busca por implementar o desenvolvimento das comunidades que detenham o conhecimento associado da economia e biodiversidade local e dele retirem seu sustento (TURINE; MACEDO, 2017), contribuiu para o surgimento de alternativas de geração de emprego e renda no Brasil. Entre estas ações estão os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Apoiadas em pilares como o “Comércio Justo”, “Responsabilidade Social” e “Valorização da Biodiversidade”, integram à sua estrutura organizacional, o manejo sustentável dos recursos naturais, a gestão participativa, a consolidação de parcerias e a valorização das identidades e saberes locais.

A despeito da expansão que essa ação coletiva experimentou no Brasil nos últimos anos, em especial, dentre os segmentos populacionais mais vulneráveis, os EES requerem meios e conhecimentos que possam dinamizar seus processos gerenciais, produtivos e tecnológicos na perspectiva do “tripé da sustentabilidade” e possam acessar mercados como os proporcionados pelo intitulado “Comércio Justo” (BRASIL, 2015).

Atualmente, esses empreendimentos ainda recorrem a instrumentos pertinentes a modelos empresariais tradicionais, o que demanda a necessidade de estudos que levem em consideração o caráter “não lucrativo” e as táticas para as dimensões social e econômica (ZENARO; SCHIOCHET; GELINSKY JÚNIOR, 2017), além da ambiental e cultural, que as caracterizam como vetores de desenvolvimento local no momento em que integram à sua estrutura organizacional ações socioambientais sustentáveis.

Nesse contexto, a Contabilidade é uma ciência que possui instrumentos úteis para mensurar, registrar, controlar e evidenciar fluxos patrimoniais desses empreendimentos. Assim como meios propícios para moldar relatórios gerenciais que demonstrem a interação que estabelecem com a comunidade e sua responsabilidade social, considerando o respeito e a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade socioambiental das redes de produção e comercialização.

Para isso, dispõe do Balanço Social, cuja finalidade é evidenciar de forma transparente e fidedigna a gestão de recursos humanos, a interação com o meio ambiente e a sociedade, bem como o valor adicionado à economia e à sociedade e como foi feita sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a produzi-lo (GELBCKE *et al.*, 2018; RIBEIRO, 2010; TINOCO; KRAEMER, 2011; KROETZ, 2000; DE LUCA, 1998; CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005), em um determinado período.

Este demonstrativo reflete toda a responsabilidade social para com a sociedade (RIBEIRO, 2010) assumido pela entidade, como forma de prestar contas pelo uso do patrimônio, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios do ambiente em que atua (GELBCKE *et al.*, 2018).

Em outras palavras, fornece informações qualitativas e quantitativas sobre como a entidade está desempenhando sua função social e ambiental na sociedade e sua relação com os diversos *stakeholders* (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013).

Contudo, ainda é recorrente o conhecimento contábil desse demonstrativo direcionado a modelos empresariais tradicionais e notadamente com problemas na área socioambiental (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013). Isso leva ao questionamento quanto a sua aplicação em Empreendimentos Econômicos Solidários, no qual dialogue com as exigências de agentes externos que, em muito dos casos, financiam esse tipo de ação coletiva (SOUZA *et al.*, 2016).

Ao mesmo tempo, ainda é notório o enraizamento da área na era mercantilista, cuja produção de estudos está voltada para suprir as necessidades de empresas comerciais, se tornando um óbice para o desenvolvimento de um conhecimento contábil voltado para os EES, cujos interesses diferem das demais formas societárias (SOUZA *et al.*, 2016).

Entende-se que é relevante abordar o assunto porque os EES precisam estar apoiados em estudos e teorias que fundamentem e demonstrem o vínculo orgânico das suas dimensões ambiental, social e cultural ao universo econômico intrínseco à sua atividade produtiva e a Contabilidade abriga, em sua área de conhecimento, técnicas que evidenciam por meio de um instrumento como o Balanço Social, esses múltiplos aspectos da interação entre a entidade e o ambiente onde está inserida.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo apresentar um modelo de Balanço Social apto para destacar aspectos e ações intrínsecas à Economia Solidária com foco na sustentabilidade. Para tanto, trata-se de um estudo qualitativo, do tipo revisão bibliográfica. Com base nas informações obtidas, foi construído um modelo, que sumariza informações essenciais para o Balanço Social, que, por conseguinte, pode ser aplicável por EES, em especial, pelas Cooperativas Agropecuárias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sustentabilidade e suas dimensões

A Conferência de Estocolmo, que reuniu 113 países em 1972 sob patrocínio da Organização das Nações Unidas

(ONU), é um marco nas discussões teóricas e práticas acerca da sustentabilidade bem como sua introdução na agenda de organizações públicas e da iniciativa privada. A Declaração¹ divulgada ao final do evento afirma princípios como os de que “[...] o homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat, que se encontram atualmente, em grave perigo, devido a uma combinação de fatores adversos.” Desse modo, “[...] ao planificar o desenvolvimento econômico deve-se atribuir importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres.”

As questões suscitadas nessa conferência foram amplificadas num documento posterior publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU: o Relatório Brundtland ou Nosso futuro comum. Numa tentativa de reconciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental, destaca a justiça social e o desenvolvimento humano, equidade social, distribuição e utilização equitativa dos recursos naturais e reconhece que a exploração excessiva dos recursos naturais é uma das maneiras da sociedade se tornar menos capaz de atender às necessidades básicas dos seus membros no futuro (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

Neste contexto, as organizações empresariais e mesmo as públicas passaram a perceber a vantagem competitiva que agregariam ao integrar nas estratégias corporativas valores que não apenas monetários, instigando a um novo modelo de gestão de negócios que abrange Responsabilidade, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Sobre isso, Froehlich (2014) evidenciou dimensões em comum apresentadas por diferentes autores (Quadro

1) para o ambiente organizacional no intuito de buscar o equilíbrio, bem como demonstrar interações com *stakeholders*.

O sociólogo inglês John Elkington defende um modelo de mudança social fundamentado no *Triple Bottom Line* ou tripé da sustentabilidade, que prevê a integração entre as dimensões econômica, humana e ambiental, com o propósito de prestar atendimento, de forma equilibrada, às pessoas, ao planeta e ao lucro (ELKINGTON, 2001). Esse modelo de mudança social parte da ideia de que as organizações devem medir o valor que geram ou o que destroem, nas dimensões econômica, social e ambiental (IPIRANGA; GODOY; BRUNSTEIN, 2011). De acordo com Barbieri e Cajazeiras (2016), o *Triple Bottom Line* é um modelo de aplicação geral usado para empresas, entidades públicas, cooperativas e outras organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, cuja ideia é explicitar suas contribuições nessas três dimensões da sustentabilidade.

Os estudiosos Spangenberg e Bonniot (1998, p. 3, tradução nossa) definem que a sustentabilidade:

[...] é uma meta política composta e, portanto, ambiciosa. Compreende critérios ambientais, econômicos e sociais com igual importância - nem a degradação ambiental nem a violação da dignidade humana pela pobreza ou outras ameaças, nem a falência pública ou privada podem ser elementos aceitáveis de uma sociedade sustentável.²

Spangenberg e Bonniot (1998) propõem como definição que uma empresa sustentável possa ser identificada por ter um plano de desenvolvimento sustentável para o futuro, colocando-o em prática sempre que possível, e unindo as mãos com todas as outras forças motrizes do desenvolvimento sustentável.

QUADRO 1 – Dimensões da Sustentabilidade

Ênfase	Autores	Dimensões
Contexto Organizacional	Elkington (1997)	Econômica, Social e Ambiental.
	Spangenberg e Bonniot (1998)	Econômica, Social, Ambiental e Institucional.
	Werbach (2010)	Econômica, Social, Ambiental, Cultural.

Fonte: Adaptado de Froehlich (2014, p. 156)

¹Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano – 1972, publicada pela Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano em Junho de 1972. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>.

²[...] is a composite and thus ambitious policy target. It comprises environmental, economic and social criteria with equal importance - neither environmental degradation nor violating human dignity by poverty or other threats, nor public or private bankruptcy can be acceptable elements of a sustainable society.

Werbach (2010), enfatiza que a verdadeira sustentabilidade é composta por quatro componentes cruciais: a) Social: ações e condições que afetam todos os elementos da sociedade (saúde pública, segurança, pobreza, violência, educação, etc.); b) Econômico: ações que afetam como as pessoas e empresas atendem suas necessidades econômicas; c) Ambiental: ações e condições que afetam a ecologia da terra (desmatamento, mudanças climáticas, poluição, preservação dos recursos naturais, etc.) e d) Cultural: ações pelas quais as comunidades manifestam sua identidade e cultivam tradições, hábitos e valores.

Para Froehlich (2014), as organizações devem: garantir que alimentos, água, moradia e bem-estar das pessoas e empresas se tornem lucrativos, de maneira que possam continuar existindo no futuro; agir levando em conta as ações que afetam todos os membros como pobreza, violência, injustiça, educação, saúde pública, trabalho e direitos humanos; proteger e restabelecer o ecossistema por meio de ações que consideram a mudança climática, preservação de recursos naturais e prevenção de lixo tóxico; além de valorizar a diversidade cultural e as tradições passadas de geração em geração.

2.2 Economia Solidária

A Economia solidária tem se configurado como uma alternativa de geração de emprego e renda, abrangendo uma gama de práticas organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas *autogestionárias*, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças e consumo solidários, trocas e comércio justo.

Arruda *et al.* (2015, p. 165) afirmam que a Economia Solidária “é um projeto de economia com base no trabalho e não no capital, como no capitalismo” e citam um estudo de Oliveira (2004) que define seis dimensões para conceituar um empreendimento econômico solidário: autogestão; democracia direta; participação efetiva; ações de cunho educativo; cooperação no trabalho; e distribuição igualitária dos resultados e benefícios.

Souza (2005), observa que a lógica da Economia Solidária passa pela emancipação do ser humano do trabalho repetitivo e alienado e a construção de um outro sistema que integre as dimensões econômica, política, social, ecológica e cultural, garantindo a sobrevivência com dignidade de todas as pessoas.

Consoante o Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária vigente, lançado pelo Conselho Nacional de Econômica Solidária:

A Economia Solidária expressa formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseadas no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade (BRASIL, 2015, p. 7).

Assim, esclarecem que o Desenvolvimento sustentável solidário significa o desenvolvimento de todos os membros da comunidade conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de meios essenciais de produção ou distribuição, respeitando os valores culturais e o patrimônio ecológico local (BRASIL, 2015).

Em termos territoriais, Brum (2003) considera que a comunidade, os municípios, podem ser espaços privilegiados de promoção da economia solidária, no sentido de empreender localmente a busca de uma divisão mais equitativa das despesas e das receitas entre os diferentes níveis de poder.

Schneider (2015, p. 103) entende que a economia solidária é diferente em relação às demais entidades porque produz bens e serviços para o adequado uso dos seus associados e o seu melhor bem-estar, não para “lucrar e explorar os outros, mas para servir a comunidade interna e externa a ela, na satisfação de suas reais necessidades”.

Os EES, realizam importante papel na sociedade quando integram em sua essência, valores e práticas voltadas à promoção participativa junto às comunidades locais na condução de processos de desenvolvimento sustentável, atuando tanto de forma orientada para o social, ambiental, cultural quanto econômico. E a Contabilidade, contribui para isso, quando se torna importante elo entre as partes interessadas e a entidade na evidenciação destas interações, por meio do Balanço Social.

2.3 Evidenciação das informações Sociais e Ambientais no Balanço Social

O termo *evidenciação* é utilizado em Contabilidade para o processo de divulgação de informações aos diversos usuários com o propósito de reduzir o ambiente de incerteza, em função dos prováveis cenários que podem se apresentar para uma empresa, e, consequentemente, gerar um ambiente de maior segurança para o processo de tomada de decisão (GOMES; GARCIA, 2013).

Neste contexto, o Balanço Social surgiu para atender às necessidades de informações dos usuários da contabilidade no campo social, sendo, portanto um instrumento de medida que permite verificar e registrar a situação da empresa no campo social e avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade (DE LUCA, 1998,

p.22). Para Tinoco e Kraemer (2011), o Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que tem o objetivo de evidenciar, de forma mais transparente possível, informações financeiras, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários.

O Balanço Social é considerando por Kroetz (2000) um instrumento de gestão. O autor enfatiza que antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é uma ferramenta gerencial que reúne dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas e as relações entre a entidade e o ambiente, que podem ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários, bem como servir de instrumento de controle, subsidiar a tomada de decisão e adoção de estratégias.

Puppim de Oliveira (2013; 2005) diferencia o Balanço Social dos demais relatórios na medida em que visa difundir informações que interessam outros *stakeholders* como sindicatos, empregados e seus familiares, comunidades afetadas pela empresa, mídia e organizações não governamentais com determinados interesses na empresa (ambientalistas, por exemplo) e não somente aos acionistas.

O Balanço Social deve demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade (GELBCKE *et al.*, 2018). Isso implica o dever de comunicar com exatidão e diligência os dados de sua atividade (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Devido aos diferentes tipos societários existentes no Brasil, que operam com finalidades lucrativas, além de entidades que não tem esse fim específico, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), bem como cooperativas, associações de funcionários públicos, etc. (TINOCO; KRAEMER, 2011), as informações contidas nos balanços sociais podem variar conforme o porte, tipo gerencial, contexto regional e temporal em que a organização está inserida, do interesse e da capacidade de a empresa produzir os balanços sociais e do tipo de pressão dos *stakeholders* (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013).

Embora não exista obrigatoriedade quanto à divulgação (VELLANI, 2011; RIBEIRO, 2010), o Balanço Social reflete a interação da empresa com o meio em que está inserida. Consoante Gelbcke *et al.* (2018) possui quatro vertentes: O Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, a Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral.

Tinoco e Kraemer (2011), mencionam que a implementação e a ordenação do Balanço Social, contempla cinco grupos: balanço social em sentido restrito (balanço das pessoas); demonstração do valor adicionado (agregado);

balanço ecológico (ambiental); responsabilidade social da empresa; atividades desenvolvidas.

Para Ribeiro (2010), o Balanço Social deve conter informações sobre: a) a gestão de recursos humanos: benefícios proporcionados à mão de obra empregada; b) a interação com o meio ambiente: impactos e benefícios de suas atividades sobre o meio natural, bem como os efeitos negativos desse meio sobre seu patrimônio; c) a interação com a sociedade: relacionamento com a circunvizinhança - benefícios proporcionados e impactos causados; e d) o valor adicionado à economia e à sociedade.

Verifica-se que não há uma padronização da forma como deve ser estruturado o Balanço Social. Sobre esse assunto, Ribeiro (2010), entende que antes de definir o conteúdo e a forma do Balanço Social, é preciso verificar os interesses dos usuários.

Godoy (2007) identificou que entre os modelos existentes no Brasil, os mais utilizados são o do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o *Global Reporting Initiative* (GRI) e o do Instituto Ethos. Souza, Kuhl, Pacheco (2009) avaliaram o modelo do IBASE como incipiente para atingir os objetivos propostos na literatura, cuja divisão das informações poderia ser diferente, apresentando separadamente itens monetários e não-monetários, internos e externos, ou qualquer outra subdivisão que se achar pertinente. Enquanto o modelo do Instituto Ethos é baseado nas diretrizes do GRI e adaptado ao cenário brasileiro (GODOY, 2007). Segundo o Guia da referida instituição (2002), para elaboração do Balanço Social, é recomendado que os relatórios tenham princípios e critérios qualitativos, de antemão citados pela GRI, além de relevância, veracidade e verificabilidade.

Embora não seja uma demonstração padronizada, o Balanço Social segue uma estrutura mínima na sua elaboração, exemplificado no Quadro 2, os quais podem ser ampliados ou reduzidos de acordo com a realidade da entidade, devendo conter dados do exercício atual e do exercício anterior, para efeito de comparação.

Kroetz (2000) enfatiza que se deve observar alguns pressupostos no que concerne ao conjunto de informações a serem divulgadas: privacidade, sigilo, utilidade, economicidade, subjetividade e uniformidade.

Como parte deste conjunto de informações encontra-se a Demonstração do Valor Adicionado, que apresenta dados econômicos referentes à criação de riqueza pela entidade e à distribuição aos fatores que contribuíram para sua criação, tornando-se um dos elementos componentes do Balanço Social (GELBCKE *et al.*, 2018; RICARTE, 2005).

QUADRO 2 – Estrutura mínima do Balanço Social

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: Espaço para a entidade apresentar seu relato histórico, produtos que representam a maior parcela do faturamento, área de atuação, destinação dos produtos, missão, filosofia, valores etc.
CORPO FUNCIONAL: Apresentação dos dados qualitativos e quantitativos sobre a composição do quadro de funcionários, número de admissões, demissões, reclamações trabalhistas, benefícios concedidos, política de recursos humanos, acidentes de trabalho, multas, remuneração etc.
AÇÕES OU INDICADORES SOCIAIS: Apresentação de dados qualitativos e quantitativos sobre a interação da entidade com o meio externo, os programas sociais implementados, finalizados ou em andamento, incluindo nº de beneficiados etc.
AÇÕES OU INDICADORES AMBIENTAIS: Apresentação dos Dados qualitativos e quantitativos sobre a interação da entidade com o meio ambiente, na forma de investimentos em preservação, pesquisa ambiental, multas, caracterização das ações efetivadas na promoção do desenvolvimento ecologicamente correto, reconhecimento oriundo da comunidade externa etc.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: Capacidade da empresa de gerar e distribuir a riqueza aos agentes que contribuíram para desenvolvê-la.
DADOS DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO: Descrição da forma de organização da entidade.
OUTRAS INFORMAÇÕES: Apresentação de informações relevantes sobre os futuros projetos da entidade, de caráter social, ambiental, econômico, geração de novos empregos, investimentos, etc.
RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Dados do Contador responsável pelas informações.

Fonte: Kroetz (2000); Ribeiro (2010); Tinoco e Kraemer (2011)

Segundo Gelbcke *et al.* (2018), para elaborar e apresentar a DVA devem ser seguidos o modelo e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 09). Os autores (2018) salientam que as informações necessárias para a elaboração são extraídas da Contabilidade, especialmente da DRE e, portanto, devem seguir o regime de competência de exercícios.

Londero (2015) propôs a utilização da DVA como instrumento de evidenciação do impacto econômico e social causado pelas cooperativas agropecuárias. Para tanto, a autora (2015) promoveu algumas alterações no modelo vigente. Expressa em uma equação sintética, o modelo proposto por Londero (2015), apresenta-se na forma do Tabela 1:

TABELA 1 – Estrutura resumida da DVA para cooperativas

$$V - A - Dep + Vt = P + G + Rct + Csa + D + R$$

Onde:

V = Vendas; A = Aquisição de materiais e serviços; Dep = Depreciação; Vt = Valores recebidos em transferência; P = Valores distribuídos aos empregados; G = Valores distribuídos ao governo; Rct = Valores distribuídos como remuneração de capitais de terceiros; Csa = Contribuições socioambientais; D = Distribuição aos cooperados; R = Retenção de sobras

Fonte: Londero (2015, p. 99)

Logo, por meio da sua pesquisa, Londero (2015) atestou o seu uso com informações retiradas da Demonstração de Perdas e Sobras, das Notas Explicativas, da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido e do Balanço Patrimonial, acrescidas de relatórios gerenciais, contribuindo para salientar a utilidade da DVA em sociedades cooperativas.

De acordo com Gelbcke *et al.* (2018) e Ricarte (2005), a partir das informações extraídas da DVA combinadas com as das demais demonstrações contábeis, é possível compreender a relação da entidade com a sociedade, por meio de quocientes ou indicadores de geração e distribuição de riqueza.

2.4 Trabalhos semelhantes

Pieniz, Silva, Brutti (2002) apresentaram uma proposta metodológica para elaboração, organização e apresentação do Balanço Social para a Cooperativa Triticola Taperense Ltda -COTRISOJA– Tapera/RS. O relatório foi baseado no Projeto de Lei Federal 032/1999 e no modelo apresentado pelo IBASE. Como diferencial, os autores criaram um item que trouxe indicadores e informações sobre o corpo de associados, o que permitiu evidenciar as ações direcionadas para este público e a possibilidade de traçar um perfil dos associados da cooperativa.

Em seu estudo, Wissmann (2006) apresentou uma proposta de Balanço Social que pudesse facilitar a interpretação dos dados apresentados, focando na identificação de valores monetários resultantes das ações sociais

promovidas, e com isso, demonstrar com clareza o comportamento social promovido pelas empresas. O autor propôs o “Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias” como parte integrante do Balanço Social, com vistas a oportunizar um meio das empresas repassarem informações do corpo funcional e principalmente, tenha um espaço para descrever seus projetos sociais. Como diferencial da proposta, foi desenvolvido o “Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios”, com o objetivo de demonstrar a apuração da diferença entre as ações sociais espontâneas promovidas pela empresa das ações obrigatórias, exigidas da empresa, resultando em *déficit* ou *superávit* social.

Mazzioni, Prudêncio Tinoco, Silva Oliveira (2007) delinearam uma proposta de Balanço Social para fundações universitárias com informações úteis para gestão e prestação de contas aos *stakeholders*. O modelo apresentado diferencia-se de outras propostas, uma vez que não está concentrado em apenas uma abordagem, o que permite o acompanhamento mais sistêmico da performance econômica, financeira, ambiental e social da entidade pelos seus usuários. Ademais, busca contemplar o Balanço de recursos humanos, a Demonstração do valor adicionado, o Balanço ambiental e a Responsabilidade social e pública de forma a atender também as expectativas dos gestores.

3 METODOLOGIA

Para atender o objetivo geral da pesquisa, foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre o Balanço Social na literatura contábil. Em seguida, procedeu-se a Revisão Integrativa da Literatura (SILVA; CANÇADO; SANTOS, 2017; KUHN; BOTELHO; ALVES, 2018; SANTOS, 2018) no intuito de identificar quais são as principais ações realizadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural da sustentabilidade conceituados por Werbach (2010), no contexto organizacional e, a partir disso, extrair elementos que podem compor um Balanço Social.

Nesse sentido, a primeira etapa consistiu na seleção intencional de periódicos de instituições brasileiras na base de dados da CAPES, focados na divulgação da produção científica que objetivam disseminar o conhecimento, promover a reflexão e a discussão ou algo similar de temas relacionados ao Desenvolvimento Regional e Local, Sustentabilidade, Organizações, Sociedade e Meio Ambiente, sendo selecionados 41 periódicos, nos meses de dezembro de 2018 a janeiro de 2019, por acesso online nos sites dos periódicos e pesquisou-se em cada banco de dados o termo exato [Economia Solidária].

Entre os critérios definidos para a inclusão das publicações estão os estudos que trataram especificamente do tema [Economia Solidária], veiculadas no idioma português e disponíveis eletronicamente para *download* nos sites dos periódicos selecionados, publicados no período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2018, tipificados como artigos científicos, justificando-se por ampliar o horizonte de publicações sobre a temática e incorporar à busca, o maior número de artigos possíveis. Não se fez restrição quanto ao índice de impacto dessas publicações e o conceito CAPES Qualis usado para qualificar a produção científica brasileira, pois se desejava alcançar uma visão mais ampla, sem o filtro dos critérios editoriais.

Foram excluídas as publicações identificadas como editoriais, resenhas, conferências, transcrição de entrevistas, versões impressas de artigos, bem como aqueles publicados fora do período mencionado.

Como meio de sistematizar os achados, foi elaborada uma planilha Excel, com o ano de edição, o título, autor(es) e as palavras-chave do artigo. Essa forma possibilitou a organização dos artigos relacionados com o termo de busca [Economia Solidária], onde foram localizados 216 artigos no conjunto de periódicos selecionados compondo assim, a coletânea inicial da análise.

A partir disso, a segunda etapa consistiu na sua classificação por meio da leitura minuciosa inicialmente realizada nos títulos, palavras-chave e resumo que contemplassem os termos [Desenvolvimento Sustentável] e/ou [Sustentabilidade] para posteriormente realizar a leitura na íntegra dos artigos. Assim, foram pré-selecionados prioritariamente aqueles relacionados aos termos mencionados, e posteriormente, fez-se a seleção dos artigos de acordo com seu resumo, sendo descartados 170 artigos pois não tinham relação direta com o objetivo do trabalho.

Desse modo, foram agrupados numa planilha Excel 46 artigos, entre os quais 13 foram classificados por aproximação, pois não continham os termos pesquisados em sua totalidade, no entanto, foram considerados, pois os resumos apresentaram termos análogos aos inicialmente propostos para seleção, compondo assim, uma amostra válida da revisão integrativa de literatura, admitidos nos critérios iniciais de inclusão, oriundos dos periódicos selecionados, os quais foram posteriormente submetidos à análise de conteúdo temático-categorial (BARDIN, 2016).

Para tanto, inicialmente, os artigos foram baixados em formato .PDF, inseridos no Software ATLAS.ti 8.3 (que tem o objetivo de buscar, categorizar, organizar e registrar dados qualitativos), codificados de D-47 a D-92 e depois pré-analisados por meio da realização de leitura flutuante com o intuito de extrair informações e separar os 46 artigos de acordo com

as categorias: Dimensão Social da Sustentabilidade – S-DS; Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA; Dimensão Econômica da Sustentabilidade – S-DE; Dimensão Cultural da Sustentabilidade – S-DC.

Foi constatado que dos 46 artigos pré-analisados, 33 não atendiam os objetivos deste estudo, sendo categorizados como: Não aborda aspectos das Dimensões da Sustentabilidade na Economia Solidária – S-NS. Nesse sentido, foram descartados da análise, restando assim, 13 artigos, delimitados à análise de conteúdo, tendo em vista o foco desta etapa do estudo.

A categorização permitiu atingir uma representação do conteúdo, subsidiando a análise explicativa do conteúdo, com o esclarecimento dos trechos difusos, ambíguos ou contraditórios” (MAYRING, 1983 apud FLICK, 2009).

Em seguida, o material foi sistematicamente explorado, por meio da leitura integral dos 13 artigos incluídos nas categorias mencionadas. Por fim, foi realizada a inferência e interpretação (análise temática) dos 13 artigos sistematizados por tratarem das principais ações realizadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural da sustentabilidade, no contexto organizacional. Ressalta-se que dos

13 artigos apreciados, 11 eram trabalhos teóricos e 02 estudos empíricos, predominando a categoria Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA.

A estratégia metodológica adotada permitiu a extração de elementos que serviram de subsídio para a composição do modelo de Balanço Social com informações inerentes aos Empreendimentos Econômicos Solidários nas dimensões da sustentabilidade mencionadas, em associação com a pesquisa bibliográfica sobre o demonstrativo, cujas especificidades são apresentadas na próxima seção do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Modelo de Balanço Social

Amparados nos conceitos e aspectos até aqui apresentados, visando tornar prático o entendimento sobre o modelo proposto e servir de guia orientador, cada item que compõe o Balanço Social (Quadro 3) possui a contextualização, as referências, o tema principal, a fonte documental para preenchimento dos dados e, em alguns casos, as sugestões dos parâmetros a serem utilizados para evidênciação das interações promovidas pelo Empreendimento Econômico Solidário.

QUADRO 3 – Modelo de Balanço Social

BALANÇO SOCIAL	
1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:	
1.1) Razão Social:	
1.2) Endereço:	
1.3) CNPJ:	
1.4) Inscrição Estadual:	
1.5) Inscrição Municipal:	
1.6) Forma de Organização:	
1.7) Principais produtos e serviços:	
1.8) Participação no mercado local:	
1.9) Tempo de existência:	
1.10) Outras informações:	
1.10.1 - Missão	
1.10.2 - Filosofia	
1.10.3 - Valores	
Contextualização (objetivo):	
1) Espaço para o Empreendimento Econômico Solidário (EES) apresentar seus dados cadastrais, relato histórico, produtos que representam a maior parcela do faturamento, forma de organização (se Cooperativa, Associação, Grupo informal ou Sociedade mercantil). Descrição da efetiva contribuição da entidade para a formação do mercado local, missão, filosofia, valores (intenção enquanto entidade social participante do processo de desenvolvimento da sociedade), evitando revelar informações consideradas como vantagens competitivas.	

Continua...

QUADRO 3 – Continuação

Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Kroetz (2000); Brasil (2015)	Estrutura Organizacional	Fichas de Cadastro; Relatórios Gerenciais; Demonstrações Contábeis; Estatuto Social.	Não se aplica
2 - CORPO FUNCIONAL			
2.1) Dados não monetários - empregados		ANO X1	ANO X2
2.1.1 - Admissões no período			
2.1.2 - Demissões no período			
2.1.3 - Número médio de empregados			
2.1.4 - Total de Funcionários no final do exercício			
2.1.4.1 - Mulheres			
2.1.4.2 - Deficientes físicos/mobilidade reduzida			
2.1.4.3 - Jovens Aprendizizes / Estagiários			
2.1.4.4 - Estrangeiros			
2.1.4.5 - Idosos			
2.1.4.6 - Negros			
2.1.5 - Número de pessoas com funções administrativas			
2.1.6 - Número de pessoas não alfabetizadas			
2.1.7 - Número de trabalhadores terceirizados			
2.1.8 - Número de cargos de chefia ocupados por mulheres			
2.1.9 - Número de cargos de chefia ocupados por negros			
2.1.10 - Reclamações trabalhistas			
2.1.11 - Acidentes de trabalho			
2.1.12 - Multas derivadas			
Contextualização (objetivo):			
2.1) Apresentação dos dados quantitativos sobre a composição do quadro de funcionários, número de admissões, demissões, reclamações trabalhistas, acidentes de trabalho, multas. Em outras palavras, evidencia a política de recursos humanos quanto a criação de postos de trabalho, utilização do trabalho terceirizado, número de estagiários(as), valorização da diversidade – negros(as), mulheres, faixa etária e pessoas com deficiência – e participação de grupos historicamente discriminados no país em cargos de chefia e gerenciamento da empresa (mulheres e negros).			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Kroetz (2000); IBASE (2008)	Recursos Humanos Interações Sociais	Fichas de Cadastro; Relatórios gerenciais.	Quantidade existente no final do exercício
2.2) Dados não monetários - cooperados		ANO X1	ANO X2
2.2.1 - Admissões no período			
2.2.2 - Saídas no período			
2.2.3 - Número médio de cooperados			
2.2.4 - Total de cooperados no final do exercício			
2.2.4.1 - Mulheres			
2.2.4.2 - Deficientes físicos/mobilidade reduzida			

Continua...

QUADRO 3 – Continuação

2.2.4.3 - Jovens Aprendizes / Estagiários			
2.2.4.4 - Estrangeiros			
2.2.4.5 - Idosos			
2.2.4.6 - Negros			
Contextualização (objetivo):			
2.2) Apresentação dos dados quantitativos sobre a composição do quadro de cooperados, número de admissões, saídas, bem como o perfil e informações gerais sobre o corpo de associados.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
IBASE (2008); Pieniz, Silva, Brutti (2002)	Perfil dos Cooperados	Fichas de Cadastro; Relatórios gerenciais.	Quantidade existente no final do exercício
2.3) Dados monetários (gastos em Reais) para empregados e cooperados		ANO X1	ANO X2
2.3.1 - Saúde			
2.3.2 - Moradia e habitação			
2.3.3 - Segurança e higiene			
2.3.4 - Alimentação			
2.3.5 - Transporte			
2.3.6 - Capacitação			
2.3.7 - Esporte e lazer			
2.3.8 - Previdência privada			
2.3.9 - Participação nos resultados			
2.3.10 - Creche ou auxílio creche			
2.3.11 - Outros Benefícios			
2.3.12 - Política de recursos humanos			
2.3.13 - Remuneração média das mulheres			
2.3.14 - Remuneração média dos homens			
2.3.15 - Remuneração média dos negros			
2.3.16 - Remuneração média dos brancos			
Contextualização (objetivo):			
2.3) Apresentação dos dados monetários (em Reais) sobre os gastos realizados com benefícios proporcionados à mão de obra empregada e aos cooperados, formação profissional, desenvolvimento contínuo, condições de higiene e segurança no trabalho e a remuneração média dos grupos historicamente discriminados no país (mulheres e negros) em comparação aos demais (homens e brancos).			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Kroetz (2000); IBASE (2008)	Remunerações e Benefícios	Demonstrações Contábeis, Relatórios Gerenciais (Folha de Pagamento)	Gasto realizado até o final do exercício, remuneração média do exercício.

Continua...

QUADRO 3 – Continuação

2.4) Dados descritivos - empregados e cooperados	ANO X1		ANO X2
2.4.1 - Capacitação dos Associados, trabalhadores e da direção			
2.4.2 - Promoção do bem-estar dos associados			
Contextualização (objetivo):			
2.4) Descrição das ações educativas realizadas pela Entidade que promovem o desenvolvimento dos associados, trabalhadores e da direção, bem como o monitoramento da qualidade de vida, saúde e bem-estar destes.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Sheneider (2015); Mourão e Engler (2014); Feitosa e Landim (2013)	Educação Qualidade de vida Desenvolvimento	Lista de Presença, Pesquisa de Satisfação; Relatórios; Atas de Reunião.	Número de beneficiados; número de ações realizadas; Descrição das principais áreas temáticas abordadas; Avaliação das ações educativas realizadas.
3 - AÇÕES SOCIAIS (EXTERNO À ENTIDADE)			
3.1) Dados não monetários	ANO X1		ANO X2
3.1.1 - Número de pessoas beneficiadas			
3.1.2 - Número de programas efetivados (findos e em andamento)			
Contextualização (objetivo):			
3.1) Apresentação de dados quantitativos sobre a interação da entidade com a sociedade, programas implantados ou em fase de implantação que visem diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais, promoção cultural e formação cidadã no dia-a-dia dos associados e da comunidade.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Kroetz (2000)	Interações Sociais	Lista de Presença, Pesquisa de Satisfação; Relatórios; Atas de Reunião.	Quantidade existente até o fim do exercício
3.2) Dados monetários (gastos em Reais)	ANO X1		ANO X2
3.2.1 - Educação e cultura			
3.2.2 - Saúde pública			
3.2.3 - Esporte			
3.2.4 - Habitação			
3.2.5 - Saneamento			
3.2.6 - Segurança			
3.2.7 - Defesa civil			
3.2.8 - Pesquisa			
3.2.9 - Urbanismo			
3.2.10 - Campanhas públicas			
3.2.11 - Obras públicas			
3.2.12 - Outros benefícios			
Contextualização (objetivo):			
3.2) Apresentação de dados monetários (em Reais) sobre os gastos realizados (benefícios proporcionados e impactos causados) relacionados à circunvizinhança.			

Continua...

QUADRO 3 – Continuação

Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Kroetz (2000); Ribeiro (2010)	Interações Sociais	Demonstrações Contábeis	Gasto realizado até o final do exercício.
3.3) Dados descritivos		ANO X1	ANO X2
3.3.1 - Ações de preservação da cultura local			
3.3.2 - Fomento à formação cidadã			
3.3.3 - Promoção de articulação com outros EES			
3.3.4 - Incentivos à pesquisa			
3.3.5 - Programas em parceria com governos			
3.3.6 - Prêmios recebidos			
Contextualização (objetivo):			
3.3) Descrição da existência de ações que promovem e preservam a cultura local. Demonstração de como o EES atua para fomentar a formação cidadã (exercício de direitos, deveres políticos, civis e sociais) no dia-a-dia dos associados e da comunidade de seu entorno. Além disso, apresentação das articulações realizadas com os demais EES para geração de trabalho e renda em benefício dos associados e da comunidade de seu entorno, incentivos à pesquisa, parcerias e o reconhecimento oriundo da comunidade externa.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Kroetz (2000); Conceição et al. (2015); Medeiros e Cunha (2012); Sena et al. (2017) e Sheneider (2015)	Interações Sociais Transformação Social Valores Culturais Cidadania	Relatórios gerenciais, atas de reuniões, listas de presença.	Descrição das principais ações e articulações realizadas contendo: quantidade, número de participantes/beneficiários, e a avaliação dos impactos sobre a comunidade.
4 - AÇÕES AMBIENTAIS			
4.1) Dados não monetários		ANO X1	ANO X2
4.1.1 - Área reforestada			
4.1.2 - Número de ações judiciais			
4.1.3 - Número de multas ambientais			
4.1.4 - Número de acidentes ambientais			
4.1.5 - Consumo de água e energia			
Contextualização (objetivo):			
4.1) Demonstração de dados quantitativos sobre a interação do EES com o meio ambiente, no que diz respeito ao reforestamento de áreas, ações judiciais, multas, acidentes ambientais e redução do consumo de água e energia.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Kroetz (2000); Ribeiro e Müylder (2014); Feitosa e Landim (2013); Sheneider (2015); Takano e Luzio-dos-Santos (2013).	Interações Ambientais Consumo consciente	Demonstrações Contábeis; Relatórios de monitoramento e controle de consumo de água e energia elétrica.	Quantidade existente até o fim do exercício
4.2) Dados monetários (gastos em Reais)		ANO X1	ANO X2
4.2.1 - Gastos em prevenção (segurança)			
4.2.2 - Investimentos em pesquisa ambiental			
4.2.3 - Multas ambientais			
4.2.4 - Outros dados			

Continua...

QUADRO 3 – Continuação

Contextualização (objetivo):			
4.2) Demonstração de dados monetários (em Reais) sobre a interação do EES com o meio ambiente, na forma de investimentos em reflorestamento, despoluição, gasto com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Pieniz, Silva, Brutti (2002); Kroetz (2000);	Interações Ambientais Preservação Ambiental	Demonstrações Contábeis; Relatórios Gerenciais	Gasto realizado até o final do exercício
4.3) Dados descritivos		ANO X1	ANO X2
4.3.1 - Programas de educação ambiental			
4.3.2 - Prêmios recebidos			
4.3.3 - Desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos			
4.3.4 - Ações de reaproveitamento (reciclagem)			
4.3.5 - Ações para mitigação do desperdício e descarte adequado de lixo			
4.3.6 - Ações de preservação da Biodiversidade local			
4.3.7 - Substituição de produtos poluentes e/ou prejudiciais à saúde			
4.3.8 - Gestão de resíduos sólidos			
Contextualização (objetivo):			
4.3) Descrição das iniciativas adotadas pelo EES no tocante à coleta, tratamento e a disposição adequada dos resíduos originados do sistema de produção; redução do desperdício e o descarte adequado de lixo; as ações implementadas em prol da difusão de práticas e comportamentos ambientalmente adequados pelos associados e a comunidade; as ações efetivamente implementadas para a preservação do meio ambiente e a exploração adequada dos recursos naturais em nível local, além do reconhecimento oriundo da comunidade externa.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Kroetz (2000); Takano e Luzio-dos-Santos (2013); Sheneider (2015); Sena et al. (2017); Bernardes et al. (2014); Medeiros e Cunha (2012); Stock et al. (2018); Ribeiro e Müyllder (2014); Oliveira e Casagrande Jr. (2013).	Interações Ambientais Resíduos sólidos Reciclagem Educação Ambiental Preservação Ambiental	Relatórios de monitoramento e controle dos resíduos sólidos e destinação final do lixo gerado; Listas de presença, Atas de reuniões, Cursos.	Descrição das principais iniciativas implementadas contendo: quantidade, participantes, beneficiários, e a avaliação dos impactos sobre a comunidade.
5 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
5.1) RECEITAS		ANO X1	ANO X2
5.1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços			
5.1.1.1 - Ato cooperado			
5.1.1.2 - Ato não cooperado			
5.1.2 - Outras Receitas			
5.1.2.1 - Alienação de bens do ativo imobilizado			
5.1.2.2 - Alienação de bens intangíveis			
5.1.2.3 - Alienação de investimentos			

Continua...

QUADRO 3 – Continuação

5.1.3 - Receitas relativas à construção de ativos próprios			
5.1.4 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Reversão/Constituição)			
Contextualização (objetivo):			
5.1.1) Receita auferida (incluindo impostos incidentes sobre as vendas, ex. ICMS), menos eventuais devoluções recebidas, abatimentos e descontos comerciais concedidos.			
5.1.2) Receita obtida por meio da alienação de bens pertencentes ao ativo imobilizado, intangível e investimentos, incluindo os tributos incidentes sobre a operação.			
5.1.3) Valores referentes aos recursos da própria organização (mão de obra, insumos) utilizados para construção de seu próprio ativo.			
5.1.4) Estimativa de perdas em contas a receber relacionadas ao valor que representa incerteza quanto ao recebimento, com base em premissas estipuladas de acordo com a natureza da entidade e suas características.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke et al. (2018)	Receitas auferidas	Demonstração de Sobras e Perdas, combinadas com as Notas explicativas	Montante acumulado até o final do exercício.
5.2) INSUMOS ADQUIRIDOS		ANO X1	ANO X2
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
5.2.1 - Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos			
5.2.1.1 - Ato cooperado			
5.2.1.2 - Ato não cooperado			
5.2.1.3 - Diferencial pago ao Cooperado/Associado			
5.2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros			
5.2.2.1 - Ato cooperado			
5.2.2.2 - Ato não cooperado			
5.2.3 - Perda/Recuperação de valores ativos			
5.2.4 - Outras (especificar)			
Contextualização (objetivo):			
5.2.1) Recursos empregados para geração de receita, por meio de insumos adquiridos de terceiros (cooperados ou não), excluindo mão de obra e depreciação referente à produção e incluindo os impostos (recuperáveis ou não).			
5.2.1.3) Refere-se ao incremento de preço ao insumo do cooperado/associado, superando a média de preço que seria pago se este optasse por revender seu produto ao mercado e não à entidade.			
5.2.2) Recursos consumidos que foram adquiridos de agentes externos à entidade, a exemplo de: materiais, energia, serviços de terceiros, e outros, oriundos da produção, vendas, administração ou finanças.			
5.2.3) Refere-se a Perdas ou recuperação de valores de ativos a valor justo (ativos biológicos, por exemplo).			
5.2.4) Especificar a que conta se refere que deve estar obrigatoriamente relacionada a insumos adquiridos de terceiros.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke et al. (2018)	Insumos e Materiais	Demonstração de Sobras e Perdas, combinadas com as Notas explicativas	Montante acumulado até o final do exercício.
5.3) VALOR ADICIONADO BRUTO (5.1 - 5.2)		ANO X1	ANO X2
Contextualização (objetivo):			
5.3) Informação de quanto a entidade consegue agregar de valor aos recursos que ingressam na mesma, desconsiderando a depreciação, exaustão e amortização.			

Continua...

QUADRO 3 – Continuação

Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke et al. (2018)	Valor Agregado Bruto	Subtração entre o item 5.1 e 5.2.	Resultado do cálculo.
5.4) DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		ANO X1	ANO X2
Contextualização (objetivo):			
5.4) Perda do valor dos bens físicos, direitos da propriedade comercial ou industrial, bem como, decorrentes da exploração de recursos naturais (minerais ou florestais).			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke et al. (2018)	Perda de Valor	Demonstração de Sobras e Perdas, combinadas com as Notas explicativas	Montante acumulado até o final do exercício.
5.5) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (5.3 - 5.4)		ANO X1	ANO X2
Contextualização (objetivo):			
5.5) Valor efetivamente agregado pela Entidade à economia local resultante do esforço coletivo para sua realização.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke (2018)	Valor Agregado Líquido	Subtração entre o item 5.3 e 5.4	Resultado do cálculo
5.6) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		ANO X1	ANO X2
5.6.1 - Resultado de equivalência patrimonial			
5.6.2 - Receitas Financeiras			
5.6.3 - Outras			
Contextualização (objetivo):			
5.6.1) Valor resultante da equivalência patrimonial, seja positiva ou negativa.			
5.6.2) Corresponde a todas as receitas financeiras independentemente de sua origem (rendimentos de aplicação financeira, por exemplo), inclusive as variações cambiais ativas.			
5.6.3) Inclui as demais receitas recebidas em transferência que transitaram em resultado (dividendos, aluguéis, direitos de franquia).			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke et al. (2018)	Transferência	Demonstração de Sobras e Perdas, combinadas com as Notas explicativas	Montante acumulado até o final do exercício.
5.7) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5.5 + 5.6)		ANO X1	ANO X2
Contextualização (objetivo):			
5.7) Corresponde à riqueza gerada pela Entidade acrescida da riqueza gerada por outras empresas e recebida em transferência, a ser distribuída entre os agentes econômicos que ajudaram a produzi-la.			

Continua...

QUADRO 3 – Continuação

Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke et al. (2018)	Riqueza gerada	Soma entre o item 5.5 e 5.6	Resultado do cálculo
5.8) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		ANO X1	ANO X2
5.8.1 - Pessoal			
5.8.1.1 - Remuneração direta			
5.8.1.2 - Remuneração da diretoria			
5.8.1.3 - Benefícios			
5.8.1.4 - FGTS			
5.8.1.5 - Assistência educacional, capacitações e treinamentos			
5.8.2 - Impostos, taxas e contribuições			
5.8.2.1 - Federais			
5.8.2.2 - Estaduais			
5.8.2.3 - Municipais			
5.8.2.4 - Multas e infrações			
5.8.3 - Remuneração de capitais de terceiros			
5.8.3.1 - Juros			
5.8.3.2 - Aluguéis			
5.8.3.3 - Outras			
5.8.4 - Contribuições socioambientais			
5.8.4.1 - Contribuições para projetos sociais - comunidade			
5.8.4.2 - Contribuições para projetos sociais - cooperados/associados			
5.8.4.3 - Contribuições para projetos ambientais			
5.8.5 - Distribuições e retenções das sobras			
5.8.5.1 - Assistência técnica aos cooperados			
5.8.5.2 - Assistência educacional aos cooperados			
5.8.5.3 - Juros sobre o capital social			
5.8.5.4 - Sobras distribuídas/Rateio das perdas			
5.8.5.5 - Constituição da Rates			
5.8.5.6 - Constituição de outras reservas			
5.8.5.7 - Sobras a disposição da Assembleia Geral			
Contextualização (objetivo):			
5.8.1) Corresponde aos valores investidos em pessoal, segregando a remuneração direta dos empregados e da diretoria, além de benefícios (auxílio alimentação, transporte, plano de saúde, etc.) e FGTS. Inclui, também, os recursos empregados no RATES em prol dos empregados.			
5.8.2) Corresponde aos valores repassados ao governo na forma de impostos, taxas e contribuições (IPI, PIS, COFINS, CIDE, IR, CSLL, ITR, ICMS, IPVA, IPTU, ISS, Contribuição Sindical Patrona, todos incidentes sobre os atos cooperados e não cooperados, além de multas e infrações.			
5.8.3) Constitui os recursos repassados a terceiros na forma de despesas financeiras (empréstimos e financiamentos), aluguel e transferência de riqueza a terceiros como royalties, direitos autorais, franquias, etc.			
5.8.4) Reúne os valores investidos em ações sociais e ambientais (exceto multas ambientais) promovidas em benefício dos cooperados/associados e da comunidade, sem relação com o processo produtivo, excluídos aquelas realizadas com a finalidade de incentivos fiscais.			

Continua...

QUADRO 3 – Continuação

5.8.5) Corresponde a assistência técnica e educacional que o EES realiza em prol dos cooperados/associados. Constitui os juros sobre o capital social pagos ou creditados, limitado a 12% ao ano sobre o capital integralizado (Lei 5.764/71), distribuição das sobras/rateio das perdas, formação de RATES (atos cooperados e não cooperados), fundos de reserva (limitado a 10% das sobras líquidas do período e valores a disposição da assembleia geral.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke et al. (2018)	Distribuição da riqueza gerada	Demonstração de Sobras e Perdas, Demonstração de Movimentação da Rates, combinadas com as Notas explicativas, Relatórios Gerencias Balanço Patrimonial e Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido	Montante acumulado até o final do exercício.
Observações sobre a DVA			
O total do item 5.8 deve ser exatamente igual ao item 5.7.			
De acordo com Londero (2015), para o caso de cooperativas, a separação dos atos cooperados e não cooperados permite a verificação de informações sobre o valor adicionado por cada ato e que indicadores de análise sejam extraídos da DVA.			
6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO			
6.1) Dados descritivos		ANO X1	ANO X2
6.1.1 - Procedimento para integralização das quotas-partes			
() pagamento à vista () desconto de débitos trabalhistas () desconto parcelado das retiradas () sem capital social			
() outro _____			
6.1.2 - Valor da maior remuneração repassada ao(à) cooperado(a)			
6.1.3 - Valor da menor remuneração repassada ao(à) cooperado(a)			
6.1.4 - Valor do maior salário pago ao(à) empregado(a)			
6.1.5 - Valor do menor salário pago ao(à) empregado(a)			
6.1.6 - Destino das sobras			
() Investimentos () Fundos () Rateio entre os(as) cooperados(as) () Outro: _____			
6.1.7 - Fundos existentes			
() Fundo de reserva () Outro: _____			
6.1.8 - Espaço de deliberação sobre o destino das sobras ou débitos			
() Conselho Administrativo () Conselho Fiscal () Assembleia () Outro: _____			
6.1.9 - Parâmetro utilizado para distribuição das sobras entre os(as) cooperados(as)			
() Proporcional às retiradas () Partes iguais () Proporcional às quotas-partes () Outro: _____			
6.1.10 - Quantidade de assembleias realizadas			
6.1.11 - Frequência média nas assembleias pelos(as) cooperados (as)			
6.1.12 - Decisões submetidas à assembleia			
6.1.13 - Outros órgãos sociais existentes na cooperativa			
6.1.14 - Renovação dos cargos diretivos			
() 1/3 () 2/3 () Total () Sem renovação () Outro: _____			
6.1.15 - Frequência do(s) instrumento(s) de prestação de contas			
6.1.16 - Critério principal para admissão de novos(as) cooperados(as)			

Continua...

QUADRO 3 – Continuação

6.1.17 - Critério principal para afastamento de cooperados(as) 6.1.18 - Espaços de representação do cooperativismo em que a cooperativa atua 6.1.19 - Número de cooperados(as) sindicalizados(as) 6.1.20 - A cooperativa apoia a organização de outros empreendimentos de tipo cooperativo (qual forma) () Sim, emprestando recursos materiais e/ou humanos () Não () Sim, oferecendo assessoria () Outros apoios: _____ 6.1.21 - Principal fonte de crédito 6.1.22 - Existem medidas concretas em relação à saúde e segurança no ambiente de trabalho? () Sim, realizando campanhas, capacitações e fornecendo equipamentos () Sim, fornecendo equipamentos () Organização de comissões () Não () Outro: _____ 6.1.23 - A participação de cooperados(as) no planejamento da cooperativa: () Não ocorre () Ocorre em nível de chefia () Ocorre em todos os níveis 6.1.24 - A cooperativa costuma ouvir os(as) cooperados(as) para solução de problemas e/ou na hora de buscar soluções? De que forma? () Não () Sim, sem data definida () Sim, periodicamente com data definida 6.1.25 - Práticas de gestão partilhada:			
Contextualização (objetivo):			
6.1) Espaço destinado ao EES (do tipo Cooperativa), apresentar a sua forma de gestão e organização e evidenciar as práticas de gestão partilhada que favorecem à elevação do moral e da participação dos associados, culminando na legitimação da identidade do grupo.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
IBASE (2008); Ribeiro e Müyllder (2014)	Gestão Organizacional Identidade	Estatuto Social, Regimento, Entrevista com roteiro semiestruturado de perguntas.	Descrição das práticas implementadas
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES			
7.1) Dados descritivos 7.1.1 - Valorização da produção local 7.1.2 - Formação e participação em redes de apoio 7.1.3 - Iniciativas para divulgação dos produtos em escala global 7.1.4 - Fomento à participação da juventude local 7.1.5 - Distribuição do excedente da Produção e da Renda			
Contextualização (objetivo):			
7.1) Descrição das ações implementadas para valorização dos produtos locais; a existência de relações solidárias de comércio, troca, intercâmbio e parcerias que ampliem sua atuação e potencializem a geração de alternativas para demandas socioeconômicas; iniciativas para divulgação e comercialização dos produtos no âmbito nacional e internacional; as ações de fomento à participação do Jovem visando a permanência deste, ao tempo em que contribui para a longevidade do EES e a distribuição da produção e da renda gerada (destinação e partilha do excedente).			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Conceição et al. (2015); Gallassi; Camargo; Santos (2016); Takano e Luzio-dos-Santos (2013); Lima (2016); Ribeiro e Müyllder (2014)*	Valorização da Produção Redes de apoio Divulgação de produtos Sucessão familiar Igualdade e democracia	Relatórios gerenciais; Fichas de cadastro; Relatório de vendas, ações de marketing, visitantes; Listas de presença; Atas.	Descrição das principais iniciativas implementadas contendo: quantidade, participantes, beneficiários, e a avaliação dos impactos sobre a comunidade

Continua...

QUADRO 3 – Continuação

Data: ____/____/____
Contabilista responsável:
Diretor/gerente responsável:

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019)

Pela proposta, há ênfase nos empreendimentos cuja forma de organização é do tipo Sociedade Cooperativa. Consoante o IPEA (2016, p. 21), as associações, dada sua simplicidade jurídica, são “formas organizacionais muito limitadas em termos de atividade comercial”, uma vez que, pelo Código Civil Brasileiro, estão impedidas de “exercer atividade econômica e emitir nota fiscal de seus produtos”.

Já os grupos informais possuem dificuldades de “acesso a financiamentos e programas governamentais de apoio, além de diminuírem as garantias contratuais de seus associados em termos de horizonte de funcionamento do empreendimento e garantia de seu trabalho”, consequência da ausência de formalização.

Em se tratando das Sociedades Mercantis, estes possuem uma representação pequena (menos de 1% do total de EES no país). Logo, o IPEA (2016, p. 21) enfatiza a Sociedade Cooperativa como a personalidade jurídica “mais recomendada institucionalmente para o exercício social de uma atividade econômica coletiva”.

5 CONCLUSÕES

O modelo proposto de Balanço Social apresenta elementos comuns aos Relatórios Contábeis de desempenho ambiental, social e econômicos presentes na literatura, ao mesmo tempo em que procura dar destaque aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), quando possibilita a evidência, qualitativamente e quantitativamente das questões sociais, culturais, ambientais e econômicas, proporcionando informações precisas aos seus *Stakeholders*, que facilitam o reconhecimento social e a ação desses empreendimentos na sociedade, além de outras informações, como a riqueza gerada e distribuída pela entidade servindo de guia para sua implementação na organização.

Embora o modelo se apresente como pertinente às Sociedades Cooperativas, isso não impede que os empreendimentos ditos limitados, informais ou sem representação possam evidenciar suas interações sociais e ambientais, promovendo adaptações ao modelo de Balanço Social proposto, como forma de atender às demandas de informações da comunidade.

Nesse sentido, recomenda-se estudos futuros sobre a Demonstração do Valor Adicionado, no sentido de identificar como as Associações e as Sociedades mercantis integrantes da Economia Solidária, podem evidenciar a riqueza gerada e distribuída entre os agentes que ajudaram a desenvolvê-la, atestando seu uso ou não para estes tipos de empreendimentos. Ao mesmo tempo, sugere-se a aplicação do modelo de Balanço Social proposto a uma Sociedade Cooperativa, avaliando suas informações por meio de indicadores existentes na literatura contábil sobre o assunto.

Conclui-se que os desfechos do presente estudo podem servir de fundamentação à consolidação de novas evidências da área da Contabilidade, além de tecerem estruturas promissoras para o intercâmbio de ideias entre a Abordagem Sociológica da Contabilidade e a Economia Solidária. Ao mesmo tempo, instaura-se um itinerário técnico-científico apropriado a subsidiar os demais Empreendimentos Econômicos Solidários que pretendem adotar o Balanço Social como instrumento de apoio à gestão e evidência das interações sociais e ambientais com suporte da Contabilidade.

6 REFERÊNCIAS

- ARRUDA, A. S. O.; MATOS, F. R. N.; MACHADO, D. Q.; ARRUDA, C. D. B. Economia Solidária e desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso em um sistema de agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 2, p. 163-178, abr./jun. 2015.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 256 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERNARDES, M. E. C.; CORNETTI, A. A. A.; PACHECO, G.; TELLES, B. M.; FERNANDES, L. R. S. O desempenho de uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis: em direção à autonomia ou à dependência? **Revista de Inovação e Sustentabilidade**. São Paulo, v. 5, n. 3, p. 109-127, set./dez., 2014.

- BRASIL. **1º Plano Nacional de Economia Solidária: Para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável**. Brasília, DF. 2015. Disponível em: < http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.
- BRUM, A. L. Economia Solidária: elementos para compreensão. **Desenvolvimento em questão**. Ijuí, ano 1, n. 1, p. 217-228, jan./jul., 2003.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.
- CONCEIÇÃO, A. A. B.; CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J.; VIEIRA, E. T. Economia solidária: alternativas para o desenvolvimento em São José do Barreiro/SP. **Desenvolvimento Regional em debate**. Santa Catarina, v. 5, n. 2, p. 188-206, jul./dez., 2015.
- CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. A. Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**. São Paulo, n. 37, p. 7-23, jan./abr. 2005.
- DE LUCA, M. M. M. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.
- ELKINGTON, J. **Canibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Capstone Publishing, Oxford, 1997.
- _____. **Canibais com garfo e faca**. Tradução: Patrícia Martins Ramalho. São Paulo: Makron Books, 2001. 444p.
- FEITOSA, A. K.; LANDIM, G. H. P. Processos autogestionários e desenvolvimento sustentável: Estudo de caso da Associação de Artesãos e Campos Sales – CE. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Mossoró, v. 8, n. 5, p. 41-47, dez. 2013.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009.
- FROEHLICH, C. Sustentabilidade: Dimensões e Métodos de Mensuração de Resultados. **Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle**. Canoas, v. 3, n. 2, p. 151-168, set. 2014.
- GALLASSI, J. N.; CAMARGO, L. F.; SANTOS, L. M. L. Compras públicas como incentivo à agricultura familiar: panorama do programa nacional de alimentação escolar na cidade de Londrina. **Organizações e Sustentabilidade**. Londrina, v. 4, n. 2, p. 65-91, jul./dez., 2016.
- GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. FIPECAFI. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- GODOY, M. As divergências e convergências nas informações disponibilizadas no balanço social entre os três modelos. **Monografia (Curso de Ciências Contábeis)**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- GOMES, S. M. S.; GARCIA, C. O. **Controladoria Ambiental: gestão social, análise e controle**. São Paulo: Atlas, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. **Balanço Social, dez anos: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: Nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. **Relatório de Pesquisa**. Brasília: IPEA, 2016.
- INSTITUTO ETHOS. **Guia de Elaboração do Balanço Social**. São Paulo: ETHOS, 2002.
- IPIRANGA, A. S. R.; GODOY, A. S.; BRUNSTEIN, J. Introdução. **RAM - Revista Administração Mackenzie (Online)**. São Paulo, n. 3, vol. 12, Edição Especial, p. 13-20, mai./jun. 2011.
- KROETZ, C. E. S. **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

- KUHN, N.; BOTELHO, L. L. R.; ALVES, A. A. A. A coleta seletiva à luz da PNRS nos estados brasileiros: uma revisão sistemática integrativa. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**. Curitiba, v. 7, n. 5, Edição Especial Desenvolvimento Sustentável Brasil/Cuba, p. 646-669, out. 2018.
- LIMA, J. R. O. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Otra Economía - Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidária**. São Leopoldo, v. 10, n. 18, p. 2-15, jan./jun. 2016.
- LONDERO, P. R. Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de evidencição do impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias. **Dissertação (Mestrado)**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Departamento de Contabilidade e Atuária, USP, 2015.
- MAZZIONI, S.; PRUNDÊNCIO TINOCO, J. E.; SILVA OLIVEIRA, A. B. Proposta de um modelo de Balanço Social para Fundações Universitárias. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. São Leopoldo, v. 4, n. 3, set./dez. 2007.
- MEDEIROS, A. C.; CUNHA, E. V. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a Prática dos Empreendimentos Econômicos Solidários na Região do Cariri Cearense. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, ano 10, n. 21, set./dez. 2012.
- MOURÃO, N. M.; ENGLER, R. C. Economia Solidária e Design Social: iniciativas sustentáveis com resíduos vegetais para produção artesanal. **Interações**. Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 329-339, jul./dez. 2014.
- OLIVEIRA, A. A. **Significado e interferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará**. In: GAIGER, L. I. (Org.). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 323-370.
- OLIVEIRA, E. D.; CASAGRANDE JR, E. F. O desenvolvimento local e a sustentabilidade da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Colombo (RESOL). Oliveira e Casagrande Jr. (2013). **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**. Curitiba, v. 2, n. 1, p. 98-110, jan./jun. 2013.
- PIENIZ, L. P.; SILVA, M. T.; BRUTTI, Z. E. Balanço Social para Cooperativas – o caso da Cotrisoja – Tapera/RS. **Artigo**. IX Congresso Brasileiro de Custos – São Paulo, SP, Brasil, 13 a 15 de outubro de 2002.
- PUPPIM DE OLIVEIRA, J. A. **Empresas na Sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- _____. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE-eletrônica**. São Paulo, v. 4, n. 1, Art. 2, jan./jul. 2005.
- RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- RIBEIRO, S. D.; MÜYLLER, C. F. Economia Solidária – Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. **Organizações e Sociedade**. Salvador, v. 21, n. 71, p. 581-614, out./dez. 2014.
- RICARTE, J. G. Demonstração do valor adicionado. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 49-69, dez.2004/jan.2005.
- SANTOS, C. V. Evolução da produção científica em economia solidária: o cenário brasileiro. **Organizações e Democracia**. Marília, v. 19, n. 1, p. 97-112, jan./jun. 2018.
- SENA, A. M. C.; MATOS, F. R. N.; MESQUITA, R. F.; MACHADO, D. Q. Abordagem *grassroots* e resistência: atualizando a concepção de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, artigo 6, p. 651-666, jul./set. 2017.
- SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía - Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidária**. São Leopoldo, v. 9, n. 16, p. 94-104, jan./jun. 2015.
- SILVA, F. R.; CANÇADO, A. C.; SANTOS, J. C. Compreensão acerca do Conceito de Controle Social. **Desenvolvimento em questão**. Ijuí, ano 15, n. 41, p. 24-58, out./dez. 2017.
- SOUZA, J. C. M. Economia Solidária: a construção de um conceito a partir da prática. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n.º 218, jul./ago. 2005.

- SOUZA, A.; CASTRO, M.; RODRIGUES, L.; SILVA, M. A. Contabilidade e os desafios de gestão em Empreendimentos Econômicos Solidários – EES: um estudo exploratório. **Artigo**. XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão & III Inovarse – Responsabilidade Social Aplicada. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 29 e 30 de setembro de 2016.
- SOUZA, D. C.; KUHLMANN, M. R.; PACHECO, V. Balanço Social: uma análise comparativa entre objetivos propostos na literatura e a realidade empírica. **Revista Capital Científico**. Guarapuava, v. 7, n. 1, jan./dez. 2009.
- SPANGENBERG, J. H.; BONNIOT, O. Sustainability Indicators – A compass on the road towards sustainability. **Wuppertal Paper**, n. 81, February, 1998.
- STOCK, A.; FLORIT, L. F.; MARTINS, L. H. S.; SCHIOCHET, V. A Justiça Socioecológica e suas dimensões: o Acolhida na Colônia no estado de Santa Catarina, Brasil. **Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Matinhos, v. 4, n. 2, p. 86-99, jul./dez. 2018.
- TAKANO, J.; LUZIO-DOS-SANTOS, L. M. Comunidade Sustentável: Um estudo de caso de uma organização de Economia Solidária. **Organizações e Sustentabilidade**. Londrina, v. 1, n. 1, p. 94-110, jul./dez. 2013.
- TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- TURINE, J. A. V.; MACEDO, M. L. R. Direitos Humanos, comunidades tradicionais e biodiversidade: desafios para o desenvolvimento sustentável. **Revista Direito UFMS**. Campo Grande, v. 3, n. 2, p.175-194, jul./dez. 2017.
- VELLANI, C. L. **Contabilidade e Responsabilidade Social: integrando desempenho econômico, social e ecológico**. São Paulo: Atlas, 2011.
- WERBACH, A. **Estratégia para sustentabilidade: uma nova forma de planejar sua estratégia empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- WISSMANN, M. A. Uma proposta para a elaboração do Balanço Social. **CAP Accounting and Management**. Toledo, v. 1, n. 1, p. 52-58, 2006.
- ZENARO, M.; SCHIOCHET, V.; GELINSKY JÚNIOR, E. Cooperativismo como alternativa de fortalecimento da agricultura familiar: A Cooperativa de Pequenos Agricultores de Videira e Iomerê (COPAVIDI). **Unesc & Ciência – ACSA**. Joaçaba, v. 8, n. 1, p. 33-40, jan./jun. 2017.